

# ACORDO SOBRE FINANCIAMENTO DOMÉSTICO DA EDUCAÇÃO

*Esta Declaração será lançada no dia 2 de novembro 2017, 3 meses antes da Conferência de Financiamento da PGE em Dacar, ajudando atores da sociedade civil a galvanizar a ação sobre o financiamento doméstico da educação dos governos de países em desenvolvimento, usando o reaprovisionamento PGE 2020 como uma oportunidade chave.*

O relatório de 2016 da Comissão Financiamento da Educação reconheceu que 97% do novo financiamento necessário para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável na educação teria que vir de recursos domésticos. Nos próximos meses há uma oportunidade para fazer um avanço significativo na mobilização de novos compromissos de recursos nacionais para a educação.

A 2 de fevereiro de 2018 a Parceria Global para a Educação (PGE) irá realizar uma conferência de reaprovisionamento, histórica, no Senegal, coorganizada com a França. Esta será a primeira vez que o reaprovisionamento global de um fundo vai ocorrer num país em desenvolvimento. Tal oferece uma oportunidade única para tornar visível a distinção da PGE como verdadeira parceria entre países em desenvolvimento e países doadores, onde os fundos dos doadores apenas irão para países que se comprometam a manter ou expandir os seus próprios recursos domésticos para a educação.

A educação é um direito humano e um meio essencial para o desenvolvimento. É amplamente reconhecido que se não conseguirmos fazer progressos significativos nos resultados de educação, não conseguiremos cumprir nenhum dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, hoje, 275 milhões de crianças e jovens ainda não têm acesso à educação. E mais de 500 milhões frequentam a escola mas não aprendem. Temos ainda 750 milhões de adultos que nem sequer têm a alfabetização básica. Como organizações da sociedade civil estamos comprometidos a aproveitar este momento para garantir que haja cada vez maiores compromissos financeiros para a educação por parte dos governos dos países em desenvolvimento, a fim de garantir que todos possam ter acesso ao seu direito de uma educação inclusiva de qualidade. Reconhecemos que todas as promessas de recursos são antes de mais promessas que os governos fazem aos seus próprios cidadãos.

Em 2014 os governos dos países em desenvolvimento assumiram compromissos notáveis no valor de USD 26 mil milhões no evento de reaprovisionamento da PGE - dez vezes mais do que os doadores - mas muitas dessas promessas não apresentavam detalhes credíveis. Desta vez a PGE criou um sistema elaborado para encorajar os governos de países em desenvolvimento a fazer promessas credíveis para manter ou aumentar os seus gastos com a educação para o valor de referência de 20% dos orçamentos nacionais. Mas acreditamos que nos próximos meses este sistema pode ser usado para muito mais.

Os ativistas da sociedade civil estão a pedir aos governos dos países em desenvolvimento para serem inovadores nos seus próprios esforços para aumentar o financiamento da educação, e para usarem o processo de reaprovisionamento da PGE ao longo dos próximos 3 meses, para:

1. **Fazer promessas cedo** - antes da data de reaprovisionamento da PGE, a 2 de Fevereiro - para alavancar maiores compromissos por parte dos doadores. Os governos de países em desenvolvimento podem mostrar liderança dinâmica e inspiradora, fazendo os seus próprios compromissos para financiar a educação, e pedir depois aos doadores para elaborarem e construírem sobre estes seus esforços.

2. **Aprovar compromissos ao mais alto nível** - assegurando que todos os compromissos de aumento de financiamento para a educação são aprovados pelos Chefes de Estado e Ministros das Finanças, para mostrar apoio político sério. Os compromissos devem ser explicitados no orçamento anual e respectivos documentos de despesa a médio prazo.
3. **Anunciar primeiros a nível interno** - os novos compromissos para financiar a educação devem ser primeiro anunciados aos cidadãos nacionais antes de serem apresentados como compromissos formais feitos à PGE. O contexto do reaprovisionamento da PGE oferece um fundamento bem claro para os países fazerem promessas nesta altura, mas o anúncio dessas promessas deve ser feito nos parlamentos nacionais ou nos meios de comunicação, visto que em última análise são anúncios de interesse para o eleitorado e cidadãos do país em causa.
4. **Garantir que os compromissos são credíveis** - com dados de referência claros, metas claramente expressas e o compromisso de os acompanhar e reportar ao longo do tempo de uma forma totalmente transparente.
5. **Aumentar a quota dos orçamentos para a educação** - em linha com o Quadro de Ação Educação 2030 e a referência / exigência PGE. Os países devem comprometer-se a manter a sua quota do orçamento igual ou superior a 20% - e se as despesas atuais estiverem aquém deste objetivos, o compromisso atual deve incluir medidas ambiciosas para aumentar a parte do orçamento nacional dedicada à educação.
6. **Aumentar a dimensão dos orçamentos em geral** - para os países que já atribuem 20% do orçamento para a educação, o financiamento de compromissos com a educação poderia ser feito através de passos ambiciosos para expandir as receitas internas através de ações para expandir a base de cálculo de forma progressiva (direcionado para impostos em relação ao PIB de pelo menos 20%). Isto poderia ser conseguido, por exemplo, acabando com o que o FMI chama de 'incentivos fiscais prejudiciais', removendo brechas fiscais, desafiando a evasão fiscal agressiva ou introduzindo novos impostos destinados à educação.
7. **Aumentar a sensibilidade dos orçamentos** - juntamente com promessas de mais recursos, os países poderiam enquadrar uma promessa de gastar os seus orçamentos para a educação dando uma maior atenção à equidade, inclusão e qualidade - aumentando os gastos na educação básica, incluindo educação na primeira infância e alfabetização de adultos, e direcionando os gastos para o que funciona efetivamente no que toca à educação de raparigas, a inclusão de crianças portadoras de deficiência, pessoas provenientes de minorias etno-linguísticas, crianças que vivem na pobreza, crianças que não frequentam a escola, e aquelas afetadas por conflitos.
8. **Aumentar a análise dos orçamentos** - muitas vezes o dinheiro alocado à educação não se gasta em educação ou não chega à linha da frente nas escolas. Medidas para garantir que os orçamentos são transparentes e os fundos são controlados de forma independente (incluindo com a ajuda da sociedade civil) podem ajudar a assegurar que os novos recursos sejam efetivamente utilizados no terreno. A responsabilidade primeira para o uso eficaz dos fundos deve ser sempre dos governos para com os seus próprios cidadãos.
9. **Juntar-se à voz coletiva pela educação** - exortamos os governos dos países em desenvolvimento a usar quaisquer fóruns sub-regionais, regionais ou internacionais para se juntarem e expressarem o seu apoio a um maior investimento na educação - fazer uma chamada coletiva aos doadores para que cumpram a sua parte do acordo PGE.
10. **Juntar-se ao apelo coletivo para reformas fiscais globais** - as regras fiscais gerais são atualmente estabelecidas pela OCDE e favorecem as nações mais ricas. Há um crescente apelo para um organismo intergovernamental democrático com recursos e poderes para definir e aplicar regras fiscais gerais. São necessárias medidas urgentes para encontrar maneiras de tributar rendimentos depositados em paraísos fiscais, a fim de definir um imposto geral sobre a riqueza ou um imposto sobre as transações financeiras. Os países em desenvolvimento que dão prioridade ao gasto em educação nos seus orçamentos nacionais

têm muito a ganhar com uma posição coletiva que apele a um progresso global na justiça fiscal.

*Juntos podemos fazer do dia 2 de fevereiro de 2018 um dia de referencia – um dia que marca o início de uma transformação do direito à educação de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo!*

